



**CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO**

## **Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto**

A  
CONFEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

**JÁ FAZ PARTE DO**

CONSELHO  
ECONÓMICO  
E SOCIAL

“  
Mais um passo  
num longo caminho!  
”



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES DE  
CULTURA, RECREIO E DESPORTO

[cpccrd.pt](http://cpccrd.pt)

**Plano de Actividades e Orçamento 2018**

**CN – 9 Dezembro - Figueira da Foz**

## Índice

Introdução .....	3
1. Acções estratégicas .....	4
1.1. Funcionamento CNAP.....	4
1.2. Plataforma Associativa – Central de Compras.....	4
1.3. Balcão Único.....	4
1.4. Programa Nacional Emprego Associativo (6+18) .....	4
1.5. Tempo de Antena.....	5
1.6. Representações Institucionais junto do Estado.....	5
1.7. Representações Institucionais junto da entidades Sociais.....	5
1.8. Legislação Associativa.....	5
1.9. Plataforma Ibérica da Cultura Popular .....	5
1.10. Entidades congéneres.....	5
2. Organização e funcionamento .....	5
2.1. Quadro de Pessoal e Cedência de Interesse Público.....	5
2.2. Grupos de Trabalho Associativos junto da Direcção .....	6
2.3. Assessorias Associativas junto da Direcção.....	6
2.4. Reforçaremos a Filiação .....	6
2.5. Estruturação Confederativa .....	7
2.6. Formação e Qualificação .....	7
2.7. Conta Associativa Solidária.....	8
2.8. Sede da Confederação .....	8
2.9. Serviços de Contabilidade, Fiscalidade e Jurídico.....	8
3. Projectos.....	8
3.1. Capacitação da Confederação .....	8
3.2. Jogos Tradicionais .....	8
3.3. PEJADA .....	9
3.4. Rotas do Associativismo.....	9
3.5. Animar as Zonas Históricas .....	9
3.6. GERAP – Geriatria Associativa Preventiva .....	9
3.7. Erasmus - UE.....	9
3.8. GEO – Fundos.....	9
3.9. Portugal 2020 – POISE.....	9
3.10. Salvaguarda dos Arquivos Históricos Associativos.....	9
3.11. Movimentos Sociais .....	10
3.12. Prevenção de Fogos Florestais.....	10
3.13. Revista Análise Associativa.....	10
3.14. Relações Internacionais.....	10
4. Eleições 2019.....	10
4.1. Balanço, auscultação e selecção.....	10
4.2. Conselho Nacional de Dezembro de 2018.....	11
Notas finais: .....	11

## Introdução

### **Estamos a cumprir, vamos continuar!**

Estamos sensivelmente a meio do mandato 2016/2019. O compromisso assumido no Programa de Acção quando das últimas eleições (9 Abril 2016), continua a ser a nossa bússola. Importa recordar a estrutura do Programa da Acção que apontava para três pilares indissociáveis e complementares:

1. **Opções Estratégicas**, decorrentes do processo que vem do mandato anterior e das recomendações do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, podendo abrir caminho ao mandato 2019/2022.
2. **Funcionamento e estruturação da Confederação** como meio de levar à prática uma acção associativa concertada e integrada desde a Colectividade filiada como base de toda a estrutura confederativa, passando pelas Associações Concelhias, Federações Distritais até à Confederação.
3. **Projectos Nacionais** pela importância que estes têm na resposta aos problemas e necessidades das filiadas. Os projectos nacionais são concebidos em função da análise e diagnóstico feito pela Confederação e devem ser disseminados pelas estruturas e estas devem disseminá-los pelas filiadas.

### **Assumir o presente e preparar o futuro!**

O Plano de Actividades e Orçamento 2018 que se apresenta, terá em conta as linhas estratégicas do mandato, o trabalho em curso do qual se destaca a Capacitação 2018/2020 pela abrangência e pelo peso financeiro, e ainda o processo eleitoral que deverá começar a ser preparado ainda em 2018 que surgirá como 4º ponto deste PAO.

Como era previsível, parte do Programa de Acção 2016/2019 está concluído. Outra parte está em fase de desenvolvimento e há ainda uma terceira parte que não depende exclusivamente da nossa disponibilidade e vontade mas sim de terceiros.

O ano 2018 será marcado internamente pela 2ª Fase do Projecto da Capacitação, quer pela importância que este tem para toda a nossa estrutura associativa, tanto mais que irá abranger cerca de 450 Dirigentes da Confederação, incluindo as Estruturas Descentralizadas, quer pelo peso deste projecto na estrutura de receitas e despesas, implicando um reforço de meios humanos (contractos específicos), quer de meios técnicos e logísticos. Será ainda determinante e com impactos desconhecidos, a possível mudança das instalações da sede social e serviços que está em curso e negociação com a Câmara Municipal de Lisboa.

Externamente, o ano 2018 será marcado pela luta da Revisão da Legislação Associativa, uma vez que o ano de 2017 foi ano de auscultação, conclusões e apresentação das nossas propostas ao Governo e grupos parlamentares, bem como da alteração fiscal do IRC, Programa Nacional Emprego Associativo e Salvaguarda dos Arquivos Históricos que apresentámos como propostas ao Governo para o OE 2018. O ano de 2018 será ano de acompanhamento e insistência, pelo que será abordado em todas as oportunidades, sejam de representação associativa ou institucional. Caso não haja desenvolvimentos, ainda no 1º trimestre iremos pedir novas audiências ao Governo e Grupos Parlamentares.

### **Somos agentes de consciencialização e de transformação social!**

Na nossa sociedade, a competição procura ganhar à cooperação. O individualismo e os projectos pessoais procuram sobrepor-se aos projectos colectivos. Tardamos a reconhecer o nosso valor económico e social. Somos o produto de uma sociedade e de uma ideologia onde a iniciativa pessoal e individual ganhou um estatuto superior e o *ter* ganha ao *ser*. Os desafios são imensos e temos um longo caminho de educação e cidadania associativa pela frente.

As potencialidades existentes terão que ser percebidas por todos os “níveis” associativos da mesma forma e assumirmos que somos, de facto, um poder com a capacidade de influenciar e transformar a sociedade em que vivemos.

Por tudo isto, faz sentido continuarmos a nossa luta por uma sociedade melhor, mais inclusiva, mais justa, mais fraterna e mais solidária. Uma sociedade em que a qualidade da democracia não seja colocada em dúvida a cada passo. Por tudo isto o Movimento Associativo faz todo o sentido.

### **Os 4 eixos fundamentais:**

#### **1. Acções estratégicas**

- 1.1. Uma vez constituído e a funcionar com regularidade, vamos continuar a mobilizar e colaborar no bom funcionamento do CNAP;
- 1.2. Plataforma Associativa – Central de Compras digital, terá o seu desenvolvimento na esteira da Plataforma MAP que está instalada;
- 1.3. Balcão Único – será desenvolvido por um lado, através da nossa Plataforma MAP e junto das entidades autárquicas, concelho a concelho;
- 1.4. Programa Nacional Emprego Associativo (6+18) que compreende a contratação pela via dos Centros de Emprego foi já objecto de proposta ao Ministro TSSS e de propostas ao OE 2018;

1.5. Com a nossa inclusão no CES, procuraremos aceder ao Direito ao Tempo de Antena;

1.6. Manteremos a nossa representação institucional no CNES-Conselho Nacional da Economia Social; CND-Conselho Nacional do Desporto; Grupo de Trabalho Permanente junto do Ministério da Cultura. Ocuparemos o nosso lugar no CES de acordo com a lei 81/2017 de 18 de Agosto;

1.7. Manteremos a nossa representação no Conselho Estratégico da Economia Social da Fundação da Associação Industrial Portuguesa; Plataforma das ONG Desenvolvimento Sustentável 2030; CPV-Confederação Portuguesa do Voluntariado; COP-Comité Olímpico de Portugal; CDP-Confederação do Desporto de Portugal; Fundação INATEL; CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular; Assembleia – geral da TAFISA;

1.8. Manteremos as relações com as estruturas formais e informais dos movimentos sociais com preocupações comuns à Confederação e ao nosso movimento associativo, tais como o CPPC, Movimento Erradicar a Pobreza, Defesa da Água Pública; Conquistas da Revolução, Defesa da Cultura, Fórum Álcool e Saúde, entre outras;

1.9. Iremos dar continuidade à reforma profunda da legislação associativa, partindo da regulamentação da Lei de Bases da Economia Social, lei 34/2003; lei 20/2004 e restantes diplomas dedicados ao associativismo;

1.10. Daremos continuidade aos contactos informais com os colegas espanhóis, no seguimento do trabalho que vem sendo realizado, com vista a promover a criação e uma Plataforma Ibérica da Cultura Popular e á realização do 1º Encontro Ibérico de Cultura Popular e Tradicional em Portugal. Estes Encontros serão anuais e alternados, ora em Portugal, ora em Espanha;

1.11. – Vamos iniciar os contactos com as entidades congéneres a nível europeu, procurando dar corpo a um objectivo que visa essencialmente conhecer e dar a conhecer as várias formas de associativismo cultural, recreativo e desportivo na europa;

## **2. Organização e funcionamento**

### **2.1. Quadro de Pessoal e Cedência de Interesse Público**

- Manteremos todo o pessoal efectivo e, alargaremos o quadro de trabalhadores em diferentes naturezas contratuais como Avenças, Ocupação Temporária de Desempregados e Estagiários, respondendo às necessidades da Capacitação;

- Após recusa do ME, recorreremos da decisão e tudo faremos para ter êxito no processo de Cedência de Interesse Público com base no Artº 244 da lei 35/2014,

em 2018 de forma a ter um apoio técnico qualificado assumido pelo Estado, em função do nosso Estatuto de Parceiro Social;

## 2.2. Constituição de Grupos de Trabalho Associativos junto da Direcção

- À semelhança do que já acontece com a Revista Análise Associativa e Estudos e Publicações, constituiremos um Grupo de Trabalho para a Economia Social e Voluntariado, preparando a nossa intervenção nesta área cada vez mais desenvolvida e exigente do ponto de vista técnico e político associativo no CES; CNES; CESP;

## 2.3. Constituiremos assessorias associativas junto da Direcção para as áreas:

- Desporto e Ética, quer na componente participativa das múltiplas iniciativas para as quais somos convidados quer como apoio à nossa representação no Conselho Nacional do Desporto;

- Centro de Estatística Associativa, com vista à recolha, selecção e tratamento de dados que permitam o conhecimento mais detalhado de vários sectores como a estrutura de receitas e despesas, o número de associados e dirigentes, as tipologias de actividades associativas estatutárias e complementares;

- Projectos, Candidaturas e Parcerias, enquanto elementos essenciais para a capacitação dos Dirigentes e para a Certificação das entidades, considerando ser uma área nova da nossa actividade que exige competências muito específicas, quer a nível nacional, quer internacional;

## 2.4. Reforçaremos a Filiação e reconhecimento das filiadas:

- Manteremos e aprofundaremos a Campanha especial de 500 novas filiadas até final do mandato com metas distribuídas pelos Dirigentes Nacionais, Estruturas Descentralizadas e Colectividades Elo;

- Campanha “Prova de Vida” com a emissão do Certificado de Actividade onde seja generalizada a apresentação por parte das filiadas dos últimos Órgãos Sociais eleitos e de pelo menos duas iniciativas por ano, permitindo avaliar os impactos do período 2011/2015;

- Emissão do Cartão de Dirigente Associativo Voluntário com base no modelo do “Cartão de Voluntário” a todos os Dirigentes Nacionais e Dirigentes Colaboradores (assessores e membros das comissões específicas) com tarefas de apoio à Confederação;

- Manteremos e reforçaremos a nossa representação junto das filiadas quer através da presença de Dirigentes Nacionais, quer através da delegação de representação por via da Associações Concelhias ou Federações Distritais;

- Daremos continuidade ao processo de Organização e Estruturação, promovendo reuniões regulares com os Presidentes das ACCs e FCDs;

- No plano do financiamento e sustentabilidade financeira, desenvolveremos campanhas de regularização das Quotas Associativas em atraso e promoveremos e divulgaremos as boas práticas das filiadas e Estruturas Descentralizadas que contribuam de facto para a sustentabilidade financeira de toda a estrutura associativa nacional. Prevê-se a manutenção dos três eixos principais de sustentabilidade: Quotas, Serviços, Projectos Nacionais. Excepcionalmente, desenvolveremos a Campanha de Fundos para a nova Sede Nacional.

#### 2.5. Estruturação Confederativa

- Estreitar a relação entre Federações Distritais, considerando a necessidade de adaptar as estruturas às disponibilidades dos dirigentes e ao modelo administrativo do Estado, encaminhando para a regionalização.

- Constituição de Associações Concelhias por iniciativa das filiadas ou das Federações, cabendo a estas últimas a iniciativa de promover reuniões de reflexão sobre esta matéria;

- Designação de Colectividades Elo por iniciativa da Confederação nos Concelhos onde não existam Estruturas no continente, regiões autónomas e no estrangeiro como meio de chegar ao maior número de filiadas, alargar a novas filiadas os pareceres, opiniões, orientações e projectos nacionais;

- Designação dos Delegados à Confederação, nomeados pelas Filiadas com emissão de Cartão pela Confederação, com o objectivo de manter e reforçar a ligação entre a filiada e a Confederação. Recomenda-se que esta opção possa recair preferencialmente em Dirigentes Jovens (até 40 anos) de forma a prepararmos os futuros dirigentes da nossa Confederação;

- Realização de uma reunião alargada com filiadas e não filiadas de forma a dar continuidade ao Congresso Regional na Madeira procurando assim alargar a nossa base de filiadas;

#### 2.6. Formação e Qualificação

- Prosseguir a Criação de Bolsa de Formadores Associativos Voluntários em todas as Estruturas Descentralizadas, de forma a alargarmos substancialmente o número de Formadores e de Acção de Formação por todo o território nacional;

- Criação de uma oferta diversificada e à medida de acordo com as necessidades manifestadas pelas filiadas, estruturas descentralizadas e autarquias;

- Desenvolvimento de formação especializada e profissional com estabelecimentos do ensino técnico-profissional e superior com atribuição de créditos aos formandos, contribuindo assim para a sua valorização profissional e curricular;

## 2.7. Conta Associativa Solidária

- Criação de Conta Associativa Solidária com o objectivo de apoiar todas as filiadas e estruturas em situação comprovadamente difícil em cooperação com as entidades bancárias com protocolo (Montepio e Caixa de Crédito Agrícola) tipo “Conta Caucionada” ou “Fundo de Garantia Associativa”.

## 2.8. Sede da Confederação

- Daremos seguimento aos contactos com a CMLx de forma a sermos acomodados nas novas instalações, apresentando propostas com o nosso Arquitecto, correspondendo aos nossos objectivos que são de realojar: Centro Nacional de Documentação Associativa; O Museu Nacional do Associativismo – 31 de Maio; Espaço Multiusos – Auditório para aproximadamente 100 pessoas; Gabinetes de Trabalho para os Dirigentes, Sala de Reuniões, Serviços e atendimento, bem como instalações que contribuam para a sustentabilidade financeira (bar e biblioteca/livraria, etc.);

- Lançaremos a Campanha Nacional de Fundos, com vista a reunir recursos suficientes para garantir todas as condições de habitabilidade, funcionamento e dignidade da sede nacional da Confederação.

## 2.9. Serviços de Contabilidade, Fiscalidade e Jurídico

Sendo uma área de grande importância no apoio à Direcção, Estruturas Descentralizadas e Filiadas, vamos manter o seu funcionamento e reforçar o trabalho tendo em vista não só a sustentabilidade da CPCCRD, como manter informadas as nossas estruturas e filiadas de compromissos fiscais e outros. Muitas são as solicitações que nos chegam com pedidos de informação de natureza jurídica e fiscal, às quais procuraremos dar a resposta e apoio mais adequados.

# 3. Projectos

3.1. Capacitação da Confederação e das suas estruturas descentralizadas 2018/2020, constituindo a base da formação dos dirigentes nacionais que por sua vez darão o apoio às filiadas ao longo do processo de candidaturas 2020, através da constituição de Gabinetes Regionais com técnicos especializados e dedicados;

3.2. Jogos Tradicionais – Interpretação, Investigação, Estudos e Publicações, sendo que esta área deverá cooperar de perto na componente técnica e operacional através das estruturas descentralizadas e destas com as filiadas. Procuraremos dar cumprimento ao Contrato Programa a estabelecer com o IPDJ, promover a transição para a FPJT e contribuir para a preparação dos Jogos Mundiais 2020;



3.3. PEJADA – Programa de Emprego de Jovens Associativistas Desempregados e Activos que no fundamental farão a identificação dos recursos e custos associativos nas áreas das energias, financiamento e modernização administrativa, apoiando as filiadas e propondo alternativas;

3.4. Rotas do Associativismo, sendo um projecto no seguimento do EMA - Espaços Museu Associativo, será uma segunda fase onde serão seleccionadas as filiadas com melhores condições para acederem à área turística com apoios das entidades do Turismo de Portugal, Autarquias, Restauração e Hotelaria;

3.5. Animar as Zonas Históricas – Vida Associativa Local, sendo uma parceria com a Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, destina-se a estabelecer relações de cooperação entre o associativismo e o comércio local e tradicional, passando por permutas de divulgação e animação cultural, beneficiando associados e famílias;

3.6. GERAP – Geriatria Associativa Preventiva, é um projecto que se estima da maior importância uma vez que tem por objectivo preparar os Dirigentes com mais de 55 anos para a sua fase de reforma, bem como dar-lhes os meios para promover iniciativas nas suas colectividades dirigidas aos associados com mais de 60 anos;

3.7. Erasmus - UE, são projectos que através do estabelecimento de parcerias com entidades de vários países da União Europeia, podem dar resposta a questões da Juventude, dos Seniores, ou mesmo de áreas específicas como os Jogos Tradicionais;

3.8. GEO – Fundos, sendo uma Plataforma que disponibiliza informação sobre fontes alternativas de financiamento, quer em projectos de pequena ou média dimensão, quer em projectos de grande dimensão, daremos maior atenção e procuraremos condições especiais para as nossas filiadas;

3.9. Portugal Inovação Social.2020 é essencialmente uma área de candidaturas a projectos co-financiados por fundos europeus pelo que são de grande exigência técnica na formulação das candidaturas e rigor na apresentação de resultados. A Confederação estima poder apresentar o maior número de candidaturas à medida das necessidades do MAP e das suas capacidades de entrosamento com as estruturas descentralizadas e filiadas;

3.10. Salvaguarda dos Arquivos Históricos Associativos, sendo um projecto conjunto da Confederação com a DGLAB-Torre do Tombo, visa identificar a situação dos arquivos associativos de forma a permitir definir quais as políticas/acções concretas para o futuro imediato, tendo já apresentado proposta ao OE 2018. Por força da mudança de instalações que se perspectivam, o ano 2018 será decisivo para a instalação de um acervo documental com recolha, tratamento e divulgação não sendo de excluir o recurso a empresas ou profissionais

especializados neste campo correspondendo às responsabilidades e potencialidades da CPCCRD;

3.11. Quanto aos movimentos sociais, em 2018 continuaremos a envidar esforços para que o Movimento Associativo Popular esteja integrado e acompanhe activamente a vida de vários movimentos sociais e as suas organizações que perseguem objectivos comuns ou convergentes aos nossos. A continuação da participação no CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação; colaboração com o FNAS - Fórum Nacional do Álcool e Saúde; acompanhamento do Movimento pela Erradicação da Pobreza e outros como a Luta pela Cultura ou pela Água Pública continuarão a merecer a atenção e o apoio da CPCCRD;

3.12. Respondendo a uma nova situação que são os Fogos Florestais, procuraremos dar apoio a projectos associativos que visem essencialmente actuar na prevenção desde a escola até à primeira intervenção operacional local, sobretudo nas aldeias;

3.13. Revista Análise Associativa, comprovada que está a sua utilidade para o MAP e para as universidades e investigadores, daremos continuidade a este projecto que visa promover estudos e publicações de grande rigor científico, dando uma dimensão ao associativismo como objecto de estudo e de investigação aplicada que complementa o processo empírico, ou seja, a transmissão do conhecimento através da experiência adquirida.

Neste sentido, a Revista nº 5, assentará já num novo formato, que foi apresentado no editorial da nº 4 e terá como tema em destaque a Capacitação dos dirigentes associativos. Esta Revista sairá excepcionalmente em Janeiro de 2018.

3.14. Nas Relações Internacionais, daremos especial atenção às relações ibéricas, tendo já em conta o novo mandato autárquico, pelo que a Reunião de Badajoz se reveste da maior importância. Esta parceria já faz parte da Candidatura à 2ª Fase da Capacitação e poderá contribuir decisivamente para aproximação de certas faixas etárias, uma boa interacção geracional e pensamento com base na economia de escala.

Nas relações com a Diáspora Lusa em todo o mundo, começa a haver um interesse crescente de divulgação das suas acções no país de acolhimento, pelo que daremos relevo às suas actividades pelos meios de informação de que dispomos.

#### **4. Eleições 2019**

4.1. Sendo uma obrigação estatutária e de exemplo de vida democrática, iremos realizar as eleições no primeiro trimestre de 2019. Por essa razão, impõem-se que ainda em 2018, particularmente no 4º trimestre, se dêem os primeiros passos para auscultar as Estruturas, membros dos órgãos e se delineiem as linhas futuras quer

em termos de Dirigentes, quer em termos de estratégias para o mandato 2019/2022.

4.2. O CN de Dezembro de 2018 deverá ter esta questão em conta de forma a dar tempo suficiente para se acautelar o futuro colectivo da nossa Confederação.

## **Notas finais**

Como é afirmado no início deste Plano de Actividades, o mesmo cumpre um preceito estatutário e o Programa de Acção que foi submetido e votado a 9 de Abril de 2016. É por isso, um documento de referência para a nossa vida colectiva, devidamente adaptado à realidade e às circunstâncias da dinâmica e riqueza do associativismo.

Cada uma das actividades, das iniciativas e o seu êxito, dependem do empenhamento dos Dirigentes e dos Trabalhadores envolvidos. Dependerá ainda do entrosamento entre os vários órgãos da Confederação e destes com as Estruturas Descentralizadas e as Filiadas. Dependerá da nossa capacidade de relacionamento com outras formas de associativismo e outros poderes sociais, privados ou públicos.

Não será “um passeio” uma vez que terá que enfrentar as dificuldades próprias de um percurso que não depende exclusivamente da nossa vontade. Teremos que ser capazes de perceber as causas, influenciá-las e gerar as soluções.

A este Plano de Actividades, está associado um Orçamento que tem por base a estrutura de actividades previstas e que serão suportadas por receitas que estão devidamente identificadas. A busca do equilíbrio financeiro global, será uma constante a par de cada actividade, seja ela auto-suficiente ou não.

Tal como era expresso no Programa da Acção, mais do que uma frase “*Associativismo Popular – Força colectiva para a transformação social*”, tem que ser demonstrada a nossa vontade de confiar e agir!